



Artigo

## **Estudo Bibliográfico nos Anais do Congresso da SOBER Sobre o Programa de Aquisição de Alimentos**

*Bibliographic Study in the Proceedings of the SOBER Congress on the Food Acquisition Program*

*Estudio Bibliográfico en las Actas del Congreso SOBER Sobre el Programa de Adquisición de Alimentos*

*Étude Bibliographique dans les Actes du Congrès SOBER Sur le Programme d'Acquisition Alimentaire*

Franciely Silva Ávila<sup>1</sup>, Fabiane Fidelis Querino<sup>2</sup>, Rafaela Gomes da Silva<sup>3</sup>, Fernanda Teixeira Franco Ribeiro<sup>4</sup> e Leandro Rivelli Teixeira Nogueira<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> Graduada em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas

E-mail: [francielyavila@gmail.com](mailto:francielyavila@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda em Administração na área de Gestão de Negócios, Economia e Mercados pela Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.

E-mail: [fabianequerino@hotmail.com](mailto:fabianequerino@hotmail.com)

<sup>3</sup> Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alfenas

E-mail: [rafadasilva43@yahoo.com.br](mailto:rafadasilva43@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Administração pela Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.

E-mail: [fernandafrancoribeiro@hotmail.com](mailto:fernandafrancoribeiro@hotmail.com)

<sup>5</sup> Mestre e Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil. Atualmente é professor na Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, Brasil.

E-mail: [leandrorivelliteixeiranogueira@gmail.com](mailto:leandrorivelliteixeiranogueira@gmail.com)

## Resumo

A maior parte da produção de alimentos consumidos pela população do país se origina da agricultura familiar. Sendo assim, o governo tem várias políticas públicas voltadas para esta atividade. Políticas públicas voltadas à comercialização como o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos é uma das ações estruturantes do Fome Zero, tem o objetivo de garantir o acesso a alimentos em quantidade, com qualidade e de forma regular às populações com situação de insegurança alimentar, permitindo aos agricultores que comercializem seus produtos com preço justo. O presente trabalho teve como objetivo analisar através de um estudo dos artigos publicados nos Congressos da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural) quais os estudos vêm sendo desenvolvidos sobre a temática do PAA durante os três últimos anos. O Congresso do ano de 2011 estava inacessível, portanto os trabalhos estudados foram somente nos anos 2012 e 2013 que se quantificam em 10 trabalhos dentre os quais está apresentado abaixo a implantação e os resultados do PAA em diferentes estados deste país.

**Palavras-Chave:** Agricultura Familiar; Programa de Aquisição de Alimentos; Políticas Públicas; Insegurança Alimentar; SOBER.

## Abstract

Most of the food production consumed by the country's population originates from family farming. Therefore, the government has several public policies focused on this activity. Public policies aimed at marketing such as the PAA - Food Acquisition Program is one of the structuring actions of Fome Zero, with the objective of guaranteeing access to food in quantity, quality and on a regular basis to food insecure populations, allowing to farmers who sell their products at a fair price. The present study had as objective to analyze, through a study of the articles published in the Congresses of SOBER (Brazilian Society of Economics, Administration and Rural Sociology) which studies have been developed on the PAA theme during the last three years. The Congress of the year 2011 was inaccessible, so the works studied were only in the years 2012 and 2013 that quantify in 10 works among which is presented below the implantation and the results of the PAA in different states of this country.

**Keywords:** Family Agriculture; Food Acquisition Program; Public Policy; Food Insecurity; SOBER.

## Resumen

La mayor parte de la producción de alimentos consumidos por la población del país se origina de la agricultura familiar. Siendo así, el gobierno tiene varias políticas públicas dirigidas a esta actividad. Las políticas públicas orientadas a la comercialización como el PAA - Programa de Adquisición de Alimentos es una de las acciones estructurantes del Hambre Cero, tiene el objetivo de garantizar el acceso a alimentos en cantidad, con calidad y de forma regular a las poblaciones con situación de inseguridad alimentaria, permitiendo a los

agricultores que comercialicen sus productos a un precio justo. El presente trabajo tuvo como objetivo analizar a través de un estudio de los artículos publicados en los Congresos de la SOBER (Sociedad Brasileña de Economía, Administración y Sociología Rural) cuáles los estudios vienen siendo desarrollados sobre la temática del PAA durante los tres últimos años. El Congreso del año 2011 era inaccesible, por lo tanto los trabajos estudiados fueron solamente en los años 2012 y 2013 que se cuantifican en 10 trabajos entre los cuales está presentado abajo la implantación y los resultados del PAA en diferentes estados de este país.

**Palabras Clave:** Agricultura Familiar; Programa de Adquisición de Alimentos; Políticas Públicas; Inseguridad Alimentaria; SOBER.

## Resumé

La majeure partie de la production alimentaire consommée par la population du pays provient de l'agriculture familiale. Par conséquent, le gouvernement a plusieurs politiques publiques axées sur cette activité. Les politiques publiques de marketing telles que le PAA - Programme d'acquisition des produits alimentaires constituent l'une des actions structurantes de Fome Zero, dont l'objectif est de garantir un accès aux aliments en quantité, à la qualité et de manière régulière pour les populations touchées par l'insécurité alimentaire. aux agriculteurs qui vendent leurs produits à un prix équitable. La présente étude avait pour objectif d'analyser, par le biais d'une étude des articles publiés dans les congrès de la Société brésilienne d'économie, d'administration et de sociologie rurale (SOBER) les études qui ont été développées sur le thème de l'AAP au cours des trois dernières années. Le congrès de l'année 2011 étant inaccessible, les travaux étudiés n'ont porté que sur les années 2012 et 2013 et quantifient en 10 travaux parmi lesquels figure ci-dessous l'implantation et les résultats du PAA dans différents états de ce pays.

**Palabras Clave:** Agricultura Familiar; Programme d'Acquisition Alimentaire; Politiques Publiques; l'insécurité Alimentaire; SOBER.

## Introdução

---

A agricultura familiar possui um importante papel no desenvolvimento brasileiro e vêm ganhando força ao longo do tempo, devido a concepção de desenvolvimento duradouro, geração de emprego e renda, promoção do desenvolvimento local e geração de desenvolvimento alimentar (BEZERRA & SCHLINDWEIN, 2017). Deste modo, as políticas públicas de fomento favorecem esta categoria, pois tem como objetivo inserí-los no mercado, proporcionando-lhes melhores condições financeiras e sociais além de garantir a sua permanência no campo. Dessa forma, o governo federal tem várias iniciativas em relação à agricultura familiar, sendo nas seguintes áreas: crédito agrícola, assistência técnica e extensão rural, seguro da produção, agroindustrialização, capacitação profissional e comercialização.

De acordo com Freiras e Niederle (2012) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é utilizado como uma possibilidade de comercialização para os agricultores familiares, onde a comercialização é o ponto mais importante para os agricultores. O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 5.873 de 15 de agosto de 2006. É uma das ações estruturantes do Fome Zero, tem o objetivo de garantir o acesso a alimentos em quantidade, qualidade e de forma regular às populações com situação de insegurança alimentar, permitindo aos agricultores que comercializem seus produtos com preço justo, e ainda promove a inclusão social no campo através do fortalecimento da agricultura familiar gerando emprego e renda no próprio meio, e desenvolvendo o meio rural.

Tendo em vista a importância que o PAA possui para os agricultores familiares, surge a dúvida: A academia tem estudado sobre esta temática? O presente trabalho teve como objetivo analisar através de um estudo dos artigos publicados nos Congressos da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural) quais os estudos vêm sendo desenvolvidos sobre a temática do PAA durante os anos de 2011 a 2013. O Congresso do ano de 2011 estava inacessível, portanto os trabalhos estudados foram somente nos anos 2012 e 2013 que se quantificam em 10 trabalhos.

O presente trabalho está dividido em 5 partes. A primeira parte é a introdução e os objetivos. A segunda parte é metodológica. A seguinte o desenvolvimento do trabalho onde é abordado e discutido o tema do PAA. Os trabalhos publicados na SOBER encontra-se no tópico 4, onde aborda o tema PAA. E no tópico 5 encontra-se as considerações finais.

## 1. Metodologia

---

Segundo Gil (2002) as pesquisas são classificadas, de acordo com seus objetivos, são classificadas em três grupos: exploratórias, descritivas e explicativas. Este autor define como objetivo do trabalho descritivo, conhecer e interpretar a realidade sem modificá-la; enquanto as pesquisas descritivas têm o objetivo de descrever as características de uma certa população ou

estabelecer relações entre as variáveis. Desta forma, a presente pesquisa foi classificada como descritiva, pois descreve o perfil dos estudos publicados no congresso da SOBER de 2012 e 2013 que trata do tema PAA em diferentes regiões.

Para Gil (2002), os procedimentos técnicos de uma pesquisa podem ter a seguinte classificação: estudo de caso, documental, experimental, pesquisa de levantamento, pesquisa-ação e pesquisa bibliográfica. Sendo assim, este estudo se enquadra como pesquisa bibliográfica, uma vez que houve um levantamento dos artigos publicados no congresso da SOBER de 2012 e 2013 que tratavam do tema PAA.

A SOBER é uma sociedade civil sem fins lucrativos com sede e foro na cidade de Brasília/DF, que têm como objetivo o desenvolvimento de ciências sociais e rurais de interesse público, divulga os resultados de investigações realizados em seu campo de ação, contribuindo para o melhoramento das condições econômico-sociais da agricultura. Promove congressos anuais e publica trimestralmente a Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR), a SOBER permite aos seus sócios o intercâmbio entre estudiosos em ciências sociais rurais, ensino e pesquisa, contribuindo para a resolução dos problemas do agronegócio e da agricultura no Brasil nos últimos 50 anos.

A SOBER divulga sua produção através da Revista de Economia e Sociologia Rural e os Anais do Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, o mais importante evento anual da área no Brasil.

A SOBER é marcada por uma intensa e contínua contribuição às políticas públicas agrárias, desenvolvimento agrícola, paradigmas e mudanças econômicas. Além disso, fornece subsídios para implementar políticas públicas direcionadas para os setores agrícola, agroindustrial e para áreas rurais.

Como fonte de pesquisa foi escolhida a SOBER por se tratar de uma fonte confiável e que contribui para o desenvolvimento rural há mais de 50 anos. As pesquisas se deram no site da SOBER por palavras-chave como Programa de Aquisição de Alimentos e PAA. A busca resultou em 10 trabalhos, todos foram usados na análise.

## 2. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

---

O programa articula a produção com o consumo institucional de alimentos, adquirindo alimentos diretamente dos agricultores familiares dispensando licitação e encaminhando-os às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais ou buscando restabelecer estoques estratégicos de alimentos junto a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Assim, de certa forma fortalece a agricultura familiar, gera emprego e renda e desenvolve o ambiente rural. O PAA é utilizado como um propulsor para o desenvolvimento territorial através da produção local para o comércio nos municípios e regiões de proximidade, é também o principal canal de comercialização de produtos e um dos principais motivos pelo qual são criadas organizações na agricultura familiar. Para a região se desenvolver é necessário que os atores locais participem para definir os objetivos, as estratégias e os

métodos que serão empregados, considerando as concepções de pobreza e de desenvolvimento de seus beneficiários.

De acordo com Nunes *e cols.* (2012) o PAA é voltado para as famílias carentes beneficiando muitas famílias através da distribuição de alimentos limpos e seguros, livre de agrotóxicos, com alto valor nutricional contribuindo assim para diminuir a fome e contribui ainda para a geração de renda no campo. O PAA valoriza a produção e a cultura local resgatando a culinária regional os valores e princípios da coletividade. Ajuda a diversificar os produtos nas propriedades através da introdução de novos alimentos, introduzindo novas culturas alimentícias, uma alimentação saudável para as crianças nas escolas e creches, melhorando a alimentação das famílias. O PAA reflete até na autoestima dos pequenos agricultores que tem sua autoestima elevada devido a valorização dos seus produtos e o incentivo para a diversificação da produção e para produzir alimentos orgânicos. O PAA forma estoques estratégicos e de certa forma é um instrumento de garantia de renda e sustentação dos preços aos agricultores familiares, fortalece o cooperativismo, reforçando também as feiras locais de comercialização (NUNES *e cols.*, 2012).

Para Nunes *e cols.* (2012) o PAA surgiu enquanto o Programa Fome Zero ainda era formulado, lançado no ano de 2001 pelo Instituto de Cidadania. Em 2003, no início do Governo Lula o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar discutia as diretrizes que orientariam o programa. O Grupo Gestor foi criado pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003 para implantar o Programa, deixando como responsável por fornecer subsídios e suporte técnico à CONAB. A operacionalização do PAA é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e CONAB, em parceria dos Governos Estaduais e Municipais e organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Um grupo gestor coordenado pelo MDS e com representantes do Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) realizam o acompanhamento do Programa, definindo normas para a sua implantação e execução.

Conforme o Decreto nº 6.959, de 15 de setembro de 2009 cabe ao Grupo Gestor definir (Pauli e Flech, 2012):

- a. Outras modalidades de aquisição de produtos agropecuários destinados a formação de estoques estratégicos e às pessoas em situação de insegurança alimentar, inclusive para o atendimento da alimentação escolar;
- b. Os preços de referência de aquisição dos produtos agropecuários que deverão levar em conta as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar;
- c. As regiões prioritárias para a implementação do PAA;
- d. As condições de doação dos produtos adquiridos a beneficiários enquadravam no artigo 3º da Lei Complementar nº 111, ou no Programa Nacional de Acesso à Alimentação, previsto na Lei nº 10.689;
- e. As condições de formação de estoques públicos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos;
- f. As condições de venda dos produtos adquiridos na forma desse decreto;
- g. As condições de apoio à formação de estoques de alimentos por organizações constituídas por agricultores familiares; e
- h. Outras medidas necessárias para a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos.

Paetzhold e Flech (2012) o público alcançado pelo programa é formado por agricultores familiares de baixa renda que já participavam de outras políticas como o PRONAF (criado a partir de 1996) e canais de comercialização. E também aquelas pessoas que são atendidas por programas sócio-assistenciais do município, como também quilombolas, comunidades indígenas, acampados, comunidades de terreiros, atingidos por barragens e pescadoras artesanais.

De acordo com Nunes e cols. (2012) e com Salgado e Dias (2013), para participar do PAA, os agricultores devem se organizar em associações ou cooperativas, buscando integrá-los às organizações, valorizando o trabalho em equipe. Os agricultores participantes devem estar de acordo com as exigências do PRONAF, apresentando a Declaração de Aptidão ao mesmo.

Para Paetzhold e Flech (2012) os agricultores familiares podem obter suas Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs) nas instituições autorizadas, como federações e confederações de agricultores, por meio de seus sindicatos dentre outras. Os indígenas devem dirigir-se a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), os quilombolas à Fundação Cultural Palmares, os assentados, devem procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e os pescadores têm suas DAPs fornecidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura ou a Federação de Pescadores e suas colônias filiadas.

Freitas e Niederle (2012) destacam como prioridade no PAA, o foco de aumentar a produção de alimentos para comercialização disponibilizando água, sementes, certificadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), tecnologias adequadas para cada região, etc. Para Oliveira e cols. (2013) esse programa tem como resultado, de certa forma reduzir as desigualdades regionais e a degradação do meio ambiente, pois se preocupa com a diversidade regional.

Segundo Holanda e cols. (2013) o Programa possui cinco modalidades:

1- Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF): aquisição de alimentos pelo Governo Federal, com preços de referência de produtores de cooperativas e associações ou produtores informais, via compra direta de sua produção. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA. Os agricultores recebem por ano R\$ 8.000,00 pela comercialização.

2- PAA-DS Compra Direta com Doação Simultânea: Segundo Cirino e cols. (2013) tal programa incentiva a produção de alimentos para comercialização local e articula com o consumo institucional de alimentos adquirindo alimentos diretamente dos agricultores familiares dispensando a licitação. Estes alimentos são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e/ou buscando restabelecer estoques estratégicos de alimentos junto a CONAB (MDS, 2012). É operacionalizada pela CONAB com recursos do MDS. O valor comercializado por agricultor é de R\$ 4.500,00 por ano.

3- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR – Estoque: adquire alimentos da safra vigente, através dos agricultores familiares para a formação de estoque em suas próprias organizações. É operacionalizada com recursos do MDA e MDS pela CONAB. Os agricultores recebem por comercialização R\$ 8.000,00 por ano.

4- Incentivo a Produção e Consumo de Leite – IPCL: incentiva o consumo e a produção familiar de leite, combate a fome e a desnutrição, e fortalece o setor produtivo familiar, pois adquire e distribui o leite com garantia de preço. É

operacionalizada pelos Estados do Nordeste e de Minas Gerais, com 85 % dos recursos do MDS e dos próprios Estados. O valor por agricultor/semestre é de R\$ 4.000,00.

5- Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar: articula a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para atender a alimentação escolar. É operacionalizada pelas prefeituras com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O valor comercializado por agricultor/ano R\$ 9.000,00.

De acordo com Cirino *e cols.* (2013) o PAA-DS funciona da seguinte forma:

- A organização dos agricultores encaminha à CONAB uma proposta para participar do PAA-DS;

- A organização dos agricultores informa aos agricultores os alimentos e a quantidade a ser adquirida. Informa também as entidades beneficiadas e o período de entrega dos produtos.

1.1 Já os preços dos produtos, são definidos junto a CONAB a partir de pesquisa de preços do mercado local.

1.2 Aprovada a proposta de participação, a organização emite uma Cédula de Produto Rural (CPR-Doação) e passa a fornecer alimentos, sem necessidade de licitação, às entidades conforme o acordo.

Depois de confirmar a entrega dos produtos, a CONAB libera os recursos na conta da organização que efetua o pagamento aos agricultores até o limite de R\$4,5 mil/participante/ano através da Declaração de Aptidão ao PRONAF – Pessoa Física. O acordo tem prazo de duração predefinido, sendo que durante esse período a CONAB fiscaliza todas as fases da operação.

Segurado (2013) afirma que em 2008 e 2009 o limite de aquisição do PAA por família/DAP, era de R\$ 3.500,00, sendo o valor alterado em 2011 para R\$ 4.500,00 que permaneceu até 2012, onde houve a alteração por meio do Decreto nº 7.775, de 04/07/2012 para R\$ 4.800,00.

### 3. Resultados e análises do PAA na SOBER

---

Para alcançar o objetivo do presente trabalho, nessa sessão serão apresentados os resultados encontrados nos artigos que compõe os anais do congresso da SOBER sobre a implementação do PAA em diferentes estados deste país.

Segundo Sartorelli *e cols.* (2013) o objetivo é identificar os principais impactos socioeconômicos que o acesso ao PAA exerce sobre a agricultura familiar nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Quedas do Iguaçu e Virmond, pertencentes ao território rural de Cantuquiriguaçu/Paraná (PR). O estudo observou que as políticas públicas tiveram impacto positivo para os agricultores familiares, pois houve um incremento na renda familiar, assim como assegurou segurança alimentar e nutricional. A execução destas políticas acaba tendo seu andamento prejudicado, pois tem reflexo nas questões relacionadas às diferenças político-



partidárias presente nos municípios, onde os três municípios analisados tiveram resultados diferentes. O que será descrito posteriormente:

No município de Quedas do Iguaçu, uma das dificuldades encontradas, segundo os autores, diz respeito à armazenagem dos produtos antes da comercialização e distribuição e o acesso à assistência técnica é considerado o principal problema no município. São 130 agricultores familiares que entregam sua produção para 32 entidades do município. Desse modo, a armazenagem dos produtos tem influenciado negativamente na logística dos programas de comercialização de alimentos. Já os pontos positivos são: os produtos regionais se tornam mais valorizados; a oportunidade de vender os produtos em todas as épocas do ano; a comercialização dos produtos de alta qualidade e com preços mais atrativos que o mercado comum.

Já em Rio Bonito do Iguaçu, o PAA ainda não teve seus objetivos atingidos, que seria os de aumentar a renda dos agricultores familiares e incentivar a produção diversificada para o comércio local. Segundo relatos dos agricultores, estes programas não são bem organizados no município, e não tem preços justos pelos produtos produzidos.

Em Virmond, o PAA é organizado pela Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Educação, que desenvolvem uma série de atividades como palestras de motivação para os agricultores, incentivando-os a permanecer no campo e à diversificação da produção. Os principais benefícios segundo os agricultores são a autoestima dos familiares e a comercialização dos produtos, pois antes esta atividade era quase inimaginável pelos agricultores. Os agricultores entrevistados se sentem inseridos na sociedade, pois participam ativamente produzindo alimentos e obtendo renda para melhorar a qualidade de vida da família. No início a maioria dos agricultores desconfiavam de que o Programa seria uma política séria, que tem o objetivo de melhorar as condições de vida dos agricultores familiares.

Freitas e Niederle (2012) analisaram em seu trabalho, se os objetivos do PAA para a inserção social e produtiva dos agricultores familiares de baixa renda vem sendo atingidos. Após identificarem o perfil socioeconômico dos agricultores participantes do Programa, membros da Associação de Produtores de Tunas (APROTUNAS) do Paraná, foi analisado como que as características do Programa, aliadas ao formato da organização local afetam os resultados do PAA.

De acordo com o referido estudo, os integrantes da APROTUNAS apontaram algumas dificuldades que podem melhorar a execução e gestão de projetos futuros como:

- restringir a liberação ou utilização do excedente dos recursos para custear o transporte dos produtos até as entidades;
- demora na conscientização dos associados quanto à qualidade e a padronização dos produtos a serem entregues;
- desconfiança das entidades ao receber a doação pela primeira vez e a recusa em atender os chamados da associação para a elaborar a síntese de cada entidade e o planejamento da demanda do volume e frequência de entregas dos produtos.

Constatou-se que esta estratégia é indispensável, pois garante a sobrevivência dos indivíduos e das propriedades rurais e aumenta a competitividade local. Os agricultores estão

motivados a investir na produção, pois, tem comercialização com preços e quantidades garantidos.

Embora o PAA seja direcionado para os agricultores familiares, em Tunas do Paraná, o público alcançado pelo Programa é predominantemente de agricultores mais capitalizados. Isso demonstra que o Programa exige uma necessidade urgente de organização. Para organizar o Programa é necessário ter acesso à informação, atores e recursos, e geralmente quem atende as necessidades formais e informais do programa são esses agricultores mais capitalizados que planejam a produção, a quantidade de entrega e a frequência. Esta é uma questão que precisa ser revista e organizada urgentemente.

Coradin e Niederle (2013) analisam as transformações econômicas e sociais nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP) após a implantação do PAA. Os autores estudaram como esta política influenciou na geração de renda, na estrutura dos mercados agrícolas locais e regionais, na construção e consolidação das associações e cooperativas de produção e comercialização, como estas mudanças afetam a identidade e autonomia dos agricultores que vivem nas comunidades tradicionais quilombolas.

O PAA vem sendo operado como uma das estratégias desde 2004 pela Cooperativa de Agricultores Familiares do Vale do Ribeira (COOPAFI). Alguns agricultores quilombolas inseridos neste projeto relataram que enfrentaram dificuldades para comercializar a produção, às vezes não conseguiam encerrar a cota de entrega anual estipulada pela CONAB, com um valor fixo de R\$ 4,5 mil ou R\$ 8 mil de acordo com a modalidade de compra, devido a grande desigualdade social no município. Outra dificuldade encontrada pelos cooperativados foi o transporte dos alimentos, que em alguns casos eram transportados por duas horas, por meio de animais (como cavalos), para terem acesso ao transporte coletivo para aí dar continuidade à distribuição da produção através de caminhões até as entidades consumidoras.

De acordo com os autores do trabalho, o PAA contribuiu com mudanças sociais na vida nas comunidades quilombolas. Como melhorias, podemos destacar a renda dos agricultores, que teve um aumento significativo, estimulando-os a diversificar a produção. Em muitos casos o PAA é a única fonte de renda para as famílias.

O Programa resgatou o modo de fazer agricultura, como o policultivo e o trabalho cooperado, contribuiu para construir, estruturar e ampliar os mercados locais e regionais. A partir de sua implementação foram realizadas aquisições de equipamentos, melhorias de infraestrutura e logística local, constituição de redes de escoamento da produção para além dos mercados institucionais e ligação de rotas comerciais entre município e capital.

No trabalho escrito por Segurado e cols. (2013), os autores tiveram como foco a participação dos indígenas e quilombolas no PAA, entre 2008 e 2012. Segundo os autores apesar da participação indígena ser tímida, os participantes já tiveram melhoria na renda. Em 2008 a renda era de R\$ 2.504,21 e em 2012 teve um progresso, chegando a R\$ 4.457,33 por indígena. O PAA vem cumprindo seu objetivo: promoveu aumento de renda, mudança de hábitos alimentares, valorização do trabalho feminino nas comunidades indígenas e quilombolas, diversificação da produção, contribuiu para manter a biodiversidade através do apoio das comunidades quilombolas, indígenas e extrativistas que deixaram de ser receptoras de cestas básicas e passaram a ser fornecedoras de alimentos para os programas sociais do Estado e conservadores do ambiente onde vivem. O Programa propiciou ainda a inserção destas comunidades na sociedade local de forma digna e respeitosa, superando os preconceitos e reconhecendo-os como cidadãos.

Nunese cols. (2012) analisou como o PAA é operacionalizado no Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). A idéia principal foi verificar se existe uma relação entre a capacidade de organização dos agricultores, a produção agrícola diversificada dos municípios que formam o território, com o acesso a esta política. Constatou-se que existe uma relação da estrutura de organização dos agricultores familiares (como cooperativas e associações) com a produção agrícola diversificada, e estas tem relação com o acesso ao PAA. Segundo os autores foram encontradas algumas dificuldades para regularizar os projetos, como:

- certificados de vigilância sanitária Municipal, Estadual e Federal – SIM, SIE e SIF respectivamente, principalmente com produtos como mel, polpa de frutas e derivados do leite, ou seja os produtos semi-processados;
- obter certificados para os produtos orgânicos;
- falta de informação adequada;
- os Conselhos Municipais são ausentes e não acompanham o andamento do programa nas entidades beneficiadas;
- falta de diálogo com as prefeituras, falta de sensibilização dos Prefeitos para o potencial do PAA;
- regularização da documentação e elaboração dos projetos como a falta de DAP e CNPJ, dificultando o acesso, as organizações e agricultores são prejudicados quando há demora na transmissão dos Projetos e na liberação dos recursos;
- falta de comunicação interna na CONAB contribui nestes atrasos.

O autor concluiu que com o PAA houve um progresso nas escolas, a melhoria nas estruturas escolares como aquisição de freezer para armazenar carnes e polpa. Houve melhora também na frequência e no rendimento escolar, pois, diminuiu a evasão escolar devido o reforço na alimentação.

Pauli e Flech (2012) analisaram os impactos do PAA no desenvolvimento rural do município de Tupanciretã, Rio Grande do Sul (RS). Dentre os principais problemas encontrados na pesquisa, estão a descapitalização dos agricultores; os produtores precisam realizar investimentos, acompanhar as transformações do aumento da qualidade e redução dos custos, melhorar a estrutura para o armazenar o leite e recuperar o solo e pastagens.

Os autores concluíram que o PAA foi de grande importância na região pois, permitiu que os agricultores associados a Cooperativa Produtos Orgânicos da Terra (COOPERTERRA) pudessem avançar na industrialização, industrializando o leite que é a matéria-prima, gerando valor agregado à produção e garantindo o mercado. O PAA contribuiu também para a política de Segurança Alimentar e Nutricional nos limites territoriais externos do município, atendendo as famílias beneficiárias, reduzindo a pobreza, melhorando os índices de desenvolvimento, diminuindo a taxa de analfabetismo e do índice de mortalidade infantil e aumentando a participação de crianças e jovens na escola.

Marinho e Fialho (2012) estudaram o aumento dos recursos do PAA nos anos de 2009 à 2011. Segundo o estudo, nestes 8 anos de Programa houve um aumento de 553,14%. Para os autores, as entidades consumidoras devem ver o PAA como um Programa de atendimento de uma necessidade momentânea (fome). O programa atende como complemento a demanda de

alimentos sem que haja uma dependência de receber esses alimentos, pois o PAA é um programa de governo e pode ser interrompido a qualquer momento devido às necessidades burocráticas ou até mesmo pela renovação dos projetos.

Costa e Paranaíba (2012) pesquisaram a eficácia do PAA no município de Iporá, Goiás (GO) no ano de 2009, a capacidade de comercialização local e qual a garantia da ocupação no campo e a renda. O estudo relatou que, mesmo estes agricultores tendo o perfil que atenda o Programa, tendo segurança alimentar garantida, estes ainda possuem baixa renda, o que compromete com o objetivo de geração de renda e manutenção destes agricultores no campo. O baixo rendimento também ocorre com os produtores que possuem produtos de maior valor agregado.

O estudo concluiu a partir dos dados analisados, que o PAA em Iporá corre sérios riscos devido a renda ser inconstante e heterogênea, faz com que o agricultor familiar busque outras alternativas para compensar os momentos de baixo rendimento, comprometendo o cultivo dos produtos. No que tange os objetivos de combate à fome, cultura alimentar regional, ocupação do espaço rural, quantidade de agricultores, entidades beneficiadas e diversificação da produção estes quesitos são atendidos. Porém, quanto aos objetivos de distribuição de renda e remuneração da produção, os autores perceberam falhas. A distribuição de renda e remuneração da produção não são atendidos devido ao baixo rendimento e a inconstância da renda.

Salgado e cols. (2012) buscou caracterizar o PAA no município de Viçosa, Minas Gerais (MG) através da percepção dos gestores e das organizações locais envolvidas diretamente na sua implementação. De acordo com a pesquisa, o órgão que tem maior acesso ao PAA em Viçosa é a EMATER-MG. Os gestores do PAA em Viçosa são representados por extensionistas da EMATER-MG e as organizações locais são representadas pela entidade assistencial Associação Assistencial e Promocional da Pastoral de Viçosa (APOV).

Como percepção dos gestores locais alguns produtos agrícolas como as hortaliças são compensadores para alguns produtores e para outros não, pois devido a grande oferta, tem o preço muito baixo, e os agricultores têm que seguir os preços de referência estabelecidos pela CONAB. Como aspectos positivos do Programa, destacou-se: permitir a agricultura familiar ter acesso e comercializar seu produto através de um mercado institucional, com “preço justo”, sem intermediários ou “atravessadores” para comercializar o produto e conseqüentemente estão se incluindo na sociedade participando de maneira ativa. Já para as entidades beneficiadas, o aspecto positivo é ter acesso à alimentação diversificada e com qualidade.

Os autores encontraram resultado positivo em Viçosa, pois houve melhoria da renda, complemento da dieta, tantos nos aspectos quantitativos e qualitativos como diversidade de alimentos, o que influenciou na criação de novos hábitos alimentares. Os produtores dos alimentos também apoiaram o programa, pois tiveram benefícios como o acesso a novos mercados; garantia de preço competitivo; estímulo a permanecer na sua atividade profissional; e melhoria na renda.

Como uma limitação do Programa, os autores encontraram como o principal problema a falta de estrutura para entregar os alimentos, visto que a entrega é realizada ao ar livre, sem ter uma logística adequada. Constatou-se também estradas ruins; falta de apoio para estruturação como irrigação; dificuldade de acesso ao crédito do PRONAF; preço dos produtos desatualizados; e excesso de burocracia para liberar os recursos e prestação de contas. Como melhoria, pode-se sugerir a construção de um local adequado para a entrega e armazenamento dos alimentos; melhoria nas estradas rurais e mudar o formato do programa para uma lei pois assim o mercado institucional terá estabilidade garantida.

No ano de 2013, Salgado e cols. pesquisaram se o PAA impactou na qualidade de vida dos agricultores familiares da comunidade Córrego São Francisco, município de Viçosa/MG. Foram analisadas também as circunstâncias que envolveram suas relações com o Programa e o que podem projetar seu bem-estar.

Como aporte à qualidade de vida os entrevistados citaram os seguintes indicadores: alimentação saudável, saúde, bens materiais, transporte e moradia sendo para eles a saúde o indicador mais importante para ter qualidade de vida. Também foi citado o transporte (transporte das mercadorias e transporte para os filhos frequentarem a escola), conforto, tranquilidade e água de qualidade. Para alguns moradores o mais importante destes bens é a terra, que proporciona o meio para o trabalho, para a produção e para viver em família.

De acordo com o estudo, os agricultores familiares entrevistados afirmaram que o programa teve influência positiva sobre alguns indicadores de qualidade de vida, como: garantia de segurança alimentar das famílias, diversificação dos produtos, mudança na dieta das famílias, aumento da renda (permitindo adquirir bens e também melhorias nas moradias) e estímulo à produção de alimentos saudáveis.

## Considerações Finais

---

O presente trabalho teve como objetivo analisar, por meio de um estudo dos anos de 2012 e 2013 no Congresso da SOBER, sobre os estudos desenvolvidos sobre a temática do PAA em diferentes estados do Brasil, mostrando diferentes resultados após a implantação do Programa.

Em síntese, foi possível observar que os objetivos em comum, foram o desenvolvimento local, acesso a informação e educação, erradicação da fome e pobreza e inserção social. A eficácia do Programa também foi observada pelos autores; se o Programa realmente vem cumprindo seu objetivo e quais os impactos sócioeconômicos que foram causados após a sua implantação.

Em todos os trabalhos, foi observado que o Programa além de permitir que a população tenha alimentação em quantidade e com qualidade, permite também a comercialização dos produtos e como consequência incentiva a diversificação da produção, incrementando a renda, resgatando o trabalho cooperado, valorizando a cultura local e regional.

Cada região teve alguma dificuldade de acordo com sua realidade, em comum a dificuldade de armazenagem dos alimentos e logística inadequada, como também a descapitalização dos agricultores comprometendo a continuidade nos investimentos do Programa e a manutenção destes no campo.

Cabe lembrar que o PAA é um programa do Governo e pode ser interrompido a qualquer momento. Os agricultores não devem ter este programa como única fonte de renda e sim como complemento.

Através deste estudo observamos que o PAA teve resultados positivos e negativos como mostrou detalhadamente o presente estudo, de acordo com a realidade de cada região.

Observamos os pontos em comuns relacionando os estudos, e a maioria destes abordaram a segurança alimentar e nutricional que o PAA proporciona, a influência na renda e a mudança nos hábitos alimentares. Como dificuldades em comum destaca-se a logística inadequada e a descapitalização dos agricultores.

Vimos que o programa é eficiente, e é aprovado tanto pela população quanto pelas entidades beneficiadas. O programa resgatou o modo do trabalho cooperado, extinguindo o monocultivo e a individualização da comercialização, valorizando a agricultura, diminuindo o consumo de alimentos industrializados e contribuindo com o meio ambiente de certa forma; mostrando que todos trabalhando em prol de um objetivo em comum, todos são beneficiados. Os agricultores estão satisfeitos, querem permanecer no programa e continuar trabalhando em equipe. Porém, é destacado pelos autores a importância do monitoramento dessa política pública.

## Referências Bibliográficas

---

- Bezerra, Gleicy Jardim., & Schlindwein, Madalena Maria. (2017). Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. *Interações* (Campo Grande), 18(1), 3-15.
- Cirino, Jader Fernandes., Sant'Ana, Thiago Teixeira., Gomide, Camila Sant'Ana., Silva, Édson Arlindo., & Silva Tamiris Cristhina Resende da. (2013). Gerenciamento de projetos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos – Doação Simultânea em Minas Gerais. Em *Anais, 51 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. (Vol. 1), Belém.
- Coradin, Cristiane., & Niederle, Paulo André. (2013). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas comunidades quilombolas: dimensões econômicas e sociais da construção de autonomia na agricultura do Vale do Ribeira, PR. Em *Anais, 50 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. (Vol. 1), Vitória.
- Costa, H & Paranaíba, Adriano de Carvalho. (2012). Programa de Aquisição de Alimentos em Iporá-Go: Caracterização da política no ano de 2009. Em *Anais, 50 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. (Vol. 1), Vitória.
- Freitas, Maria Fernanda., & Niederle, Paulo André (2012). Agricultura Familiar e Políticas de redução da pobreza rural: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Tunas do Paraná/PR. Em *Anais, 50 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. (Vol. 1), Vitória.
- Gil, Antônio Carlos. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (Vol. 4, p. 175). São Paulo: Atlas.
- Gil, Antônio Carlos. (2002). *Técnicas de pesquisa em economia*.(Vol. 2). São Paulo: Atlas.
- Marinho, Marisson de Melo. & Fialho, Marco Antônio Verardi. (2012). Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e a Ampliação de Mercados Regionais: o caso da Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra Ltda. – COPERTERRA – RS. Em *Anais, 50 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. (Vol. 1), Vitória.
- Nunes, Emanuel Marcio., de Lima, Jéssica Samara Soares., Tôrres, Fátima de Lima., França, Andreyra Raquel Medeiros de., & Medeiros, Lilian Silva de. (2012). A inserção da agricultura familiar em mercados: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Território da Cidadania Sertão do Apodi/RN. Em *Anais, 50 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. (Vol. 1), Vitória.
- Oliveira, Ana Luisa Araujo de., Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira., & Aragão, J. (2013). O programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Paranaíta, Estado de Mato Grosso. Em *Anais, 51 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. (Vol. 1), Belém.
- Pauli, Rita Inês Paetzhold., & Flech, Eduardo Miotto. (2012). O Programa de Aquisição de Alimentos na COOPERTERRA-RS sob a perspectiva do Desenvolvimento. Em *Anais, 50 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. (Vol. 1), Vitória.
- Salgado, Rafael Júnior dos Santos Figueiredo., Dias, Marcelo Miná. & Reis, Darline. (2012). Caracterização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Viçosa/MG:

- percepção dos gestores e organizações locais envolvidas em sua implementação. Em *Anais, 50 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. (Vol. 1), Vitória.
- Salgado, Rafael Júnior dos Santos Figueiredo., Dias, Marcelo Miná., & Leite, C. (2013). Análise da influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre a qualidade de vida de agricultores familiares do município de Viçosa/MG. Em *Anais, 51 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. (Vol. 1), Belém.
- Sartorelli, Anderson., Marques, Siomara Aparecida., & Rambo, Anelise Graciele. (2013). As políticas públicas PAA e PNAE: Um estudo de seus impactos na agricultura familiar da região Cantuquiriguaçu/PR. Em *Anais, 51 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. (Vol. 1), Belém.
- Segurado, Cleide Camara. (2013). Participação dos índios e quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos. Em *Anais, 51 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. (Vol. 1), Belém.

**Recebido em 01/08/2018.**  
**Revisado em 20/11/2018.**  
**Aceito em 28/12/2018.**